

Paulo Affonso Leme Machado
Maria Alexandra de Sousa Aragão

Princípios de **DIREITO AMBIENTAL**

Colaboração de
Gerd Winter e Michel Prieur

2022

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Diagramação: Futura (rogerio@futuraeditoracao.com)

M149p Machado, Paulo Affonso Leme.
Princípios de Direito Ambiental / Paulo Affonso Leme Machado e Maria Alexandra de
Sousa Aragão – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.
240 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5680-861-1

1. Direito Ambiental. I. Machado, Paulo Affonso Leme. II. Aragão, Maria Alexandra de
Sousa. III. Título.

CDD 341.347

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SÚMARIO

1	O EFEITO INTERGERACIONAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS À LIBERDADE: A CONTRIBUIÇÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL DA ALEMANHA À PROTEÇÃO CLIMÁTICA.....	13
	<i>Gerd Winter</i>	
	Resumo	13
	1. Introdução	14
	2. Admissibilidade	16
	3. Mérito	18
	3.1. O direito à saúde	19
	3.2. O direito à propriedade	21
	3.3. Alcance externo dos direitos fundamentais	21
	3.4. Direitos à liberdade	22
	4. Comentários.....	29
	4.1. Estilo do texto	29
	4.2. Mensagens Centrais	29

4.3. Epistemologia constitucional	31
4.4. Separação de poderes.....	31
4.5. Reações políticas	32
4.6. Transnacionalismo do judiciário	32
4.7. Comentário Final.....	34
5. Observação dos Coautores	35
2 INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	37
3 PRINCÍPIO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO	41
4 PRINCÍPIO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE SADIO....	47
5 PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO	53
1. As Constituições Nacionais e a intervenção dos Estados	54
2. Função gestora dos Estados. Meio ambiente como bem de uso comum do povo	56
3. Novas ideias de gestão ambiental: eficiência e prestação de contas.....	56
4. Governança ambiental.....	58
6 PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	61
7 PRINCÍPIO DO ACESSO EQUITATIVO AOS RECURSOS NATURAIS	67
1. O acesso aos recursos naturais.....	67
2. A equidade no acesso aos recursos naturais	69

3. A equidade no acesso aos recursos naturais e as futuras gerações	70
4. O acesso aos recursos naturais, as convenções internacionais e os Direitos nacionais.....	70
5. Conclusão	72

8 PRINCÍPIOS USUÁRIO-PAGADOR E POLUIDOR-PAGADOR.....	73
---	----

9 PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO	81
---------------------------------------	----

10 PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO.....	85
---------------------------------------	----

1. Conceito geral de prevenção.....	87
2. O Dano a ser prevenido	90
2.1. Proteção do meio ambiente frente a outros bens.....	91
2.1.1. A sentença arbitral FUNDIÇÃO DE TRAIL e o meio ambiente na conceituação da Corte Internacional de Justiça	91
2.1.2. O projeto “prevenção dos danos transfronteiriços resultantes de atividades perigosas” da Comissão de Direito Internacional – CDI.....	92
2.2. A existência de norma jurídica protegendo, expressamente ou implicitamente, o meio ambiente.....	96
2.3. A probabilidade de que uma ação ou uma omissão possam causar danos ao meio ambiente	97
2.4. A intensidade ou qualidade do dano a ser levada em conta.....	97
3. Procedimentos administrativos da prevenção	99
3.1. Estudo de impacto ambiental.....	99
3.1.1. O estudo de impacto ambiental no direito comparado e internacional	99
3.1.2. O estudo de impacto ambiental no direito brasileiro..	100

3.2. A autorização de órgão público como instrumento de prevenção ..	103
3.2.1. A previsão da atuação das constituições na prevenção do dano ambiental	103
3.2.2. Autorização ambiental e discricionariedade.....	104
3.3. Fiscalização contínua.....	105
4. Correção na fonte.....	108
Conclusão	109

11 PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.....	111
1. A introdução do princípio da precaução no Direito Ambiental.....	111
1.1. Princípio da precaução na Declaração do Rio de Janeiro/1992	113
1.2. O princípio da precaução nas convenções internacionais.....	116
1.3. O princípio da precaução na jurisprudência comparada	118
1.3.1. O princípio da precaução e as radiações nucleares..	118
1.3.2. O princípio da precaução e a captura e caça ou a extinção de <i>habitats</i> de animais em perigo de extinção.....	119
1.3.3. O princípio da precaução e a Engenharia Genética... ..	120
1.4. O princípio da precaução no Direito Comparado	122
1.4.1. Direito Alemão.....	122
1.4.2. Direito Francês: o caso da “encefalopatia espongi-forme bovina” e o princípio da precaução na Carta Constitucional Ambiental.....	123
1.4.3. Direito norte-americano	126
1.5. O princípio de controle do risco instaurado pela Constituição do Brasil: uma maior amplitude do princípio da precaução..	128
1.6. Características do princípio da precaução	130
1.6.1. Incerteza do dano ambiental.....	130
1.6.2. Tipologia do risco ou da ameaça	132

1.6.3. O custo das medidas de prevenção.....	133
1.6.4. Implementação imediata das medidas de prevenção: o não adiamento.....	134
1.7. Elementos psicossociais do princípio da precaução	135
1.7.1. A ignorância e o princípio da precaução.....	135
1.7.2. O medo e o princípio da precaução	137
1.7.3. O tempo, a deliberação e o princípio da precaução ...	138
1.7.4. A coragem, a ousadia e o princípio da precaução ...	140
1.8. Princípios constitucionais da Administração Pública	141
1.9. A inversão do ônus da prova.....	142
1.9.1. Quem deve provar	142
1.9.2. O que provar e o ônus da prova	143
1.10. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e a aplicação do princípio da precaução: diagnóstico do risco ambiental	146

12 PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO

151

13 PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL.....

155

14 PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO

161

1. Introdução

161

2. Organizações não governamentais - ONGs

164

3. Participação na formação das decisões administrativas.....

168

4. Participação nos recursos administrativos nos julgamentos administrativos.....

170

5. Participação no século XXI e instituição do plebiscito ambiental

171

6. Participação nas ações judiciais ambientais

172

15 PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ..

175

1. Conceito de sustentabilidade.....

175

2. Conceito de desenvolvimento.....

176

3. Conceito de desenvolvimento sustentável	179
4. O desenvolvimento sustentável na Declaração de Estocolmo/1972....	183
5. O desenvolvimento sustentável no Relatório Brundtland da ONU/1987.....	184
6. O Desenvolvimento sustentável na Declaração do Rio de Janeiro/1992...	185
7. A Declaração de Nova Delhi: Princípios de Direito Internacional Re- lativos ao Desenvolvimento Sustentável/2002	187
8. O desenvolvimento sustentável e a Conferência de Berlim sobre Cur- sos de Água Internacionais/2004	188
9. O desenvolvimento e a Decisão da Corte Permanente de Arbitragem no caso “Ferrovia Reno de Ferro” (Iron Rhine Railway – IJzeren Rijn)/2005	190
10. Conclusão	192

16 PRINCÍPIO DA NÃO REGRESSÃO AMBIENTAL..... 195

1. Conceito do princípio da não regressão no direito comparado.....	195
2. O conceito do princípio de não regressão no direito brasileiro	197
3. O princípio da não regressão ambiental no Direito Internacional	199
Condições gerais de admissibilidade do retrocesso	201

17 RECONHECIMENTO PROGRESSIVO DO PRINCÍPIO DA NÃO REGRESSÃO..... 205

Michel Prieur

POSFÁCIO..... 215

BREVE COMENTÁRIO À RESOLUÇÃO 48/13 DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS	215
---	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 225